



019

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

EDITAL Nº 72/2013

-----DR. ANTÓNIO FERNANDO NOGUEIRA CERQUEIRA VILELA, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde:-----

---Torna público, para cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 37º do Código do Procedimento Administrativo, que em reunião do Executivo, de 23 do corrente mês de outubro, foram delegadas no signatário, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores e Dirigentes Municipais, as seguintes competências, em matéria Regulamentar e Contraordenacional, previstas nos Regulamentos seguintes, bem como nos demais diplomas legais que confirmam competência em matéria contraordenacional às Câmaras Municipais:

Matéria Regulamentar:

- a) Regulamento da Biblioteca Municipal de Vila Verde;
- b) Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação de Camionagem de Vila Verde;
- c) Regulamento Municipal Sobre Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços;
- d) Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade;
- e) Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -no que diz respeito à matéria relativa a Isenções ou reduções subjetivas, nos termos do seu art.º 25.º;
- f) Regulamento de Apoio à Autoconstrução a Municípes e Famílias Carenciadas, no que concerne à decisão final relativa aos processos em que seja solicitado o fornecimento de materiais de construção de valor superior a 2.493,99€, e autorização da concessão de projeto, nos termos do seu art.º 9.º;

Matéria Contraordenacional:

- a) Exercício da Atividade Industrial (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto);
- b) Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e de Divertimentos Públicos (Decreto-Lei n.º 309/2009, de 29 de setembro);

- c) Instalação e Funcionamento dos Recintos com Diversões Aquáticas (Decreto- Lei n.º 65/97, de 31 de março);
- d) Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual);
- e) Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacte (Decreto- Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação atual);
- f) Gestão das Águas Superficiais, designadamente das águas interiores, de transição e costeiras e das águas subterrâneas (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro);
- g) Regime de Conceção, Instalação e Exploração dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais (Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, na redação atual);
- h) Regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam (Lei n.º 27/2013, de 14 de abril);
- i) Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro);
- j) Regime geral de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro);
- k) Regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD) (Decreto - Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na redação atual);
- l) Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho);
- m) Transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros (Decreto-Lei n.º 251/2008, de 11 de agosto, na redação atual);
- n) Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual);
- o) Regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia (Decreto - Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual);
- p) Regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais -pedreiras (Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação atual);
- q) Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (Decreto - Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto);
- r) Regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação atual);

AFP

- s) Regulamento municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais da Câmara Municipal de Vila Verde;
- t) Regulamento de resíduos sólidos, higiene e limpeza pública do Município de Vila Verde;

----- Para constar e devidos efeitos se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.-----

----- E eu, .Chefe da Divisão de Administração e Finanças o subscrevi.-----

Paços do Município de Vila Verde, em 24 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara,

